

cultura

AS RELAÇÕES ENTRE O ORIENTE EO OCIDENTE VISTAS DE MACAU*

*Gary M. C. Ngai ***

INTRODUÇÃO

Era frequente dizer-se que as quatro maiores civilizações do mundo que sobreviveram até aos nossos dias — a Chinesa, a Islâmica, a Indiana e a Cristã — floresceram separadamente, iniciaram os seus processos de interacção e cruzamento, umas de forma pacífica e harmoniosa, enquanto outras não conseguiram evitar os choques e os conflitos permanentes. A partir do século oitavo, circula o movimento espiritual budista que está na origem do cruzamento entre as culturas Chinesa e Indiana. Esta interligação dá-se de forma pacífica e resulta num enriquecimento mútuo. O mesmo não sucede entre cristãos e muçulmanos que se mantiveram em conflito e guerras permanentes. No entanto, estas quatro civilizações não puderam permanecer separadas umas das outras, no longo processo de compreensão e mútua assimilação. A humanidade foi testemunha em como a Rota da Seda manteve ligadas as quatro civilizações, desde o princípio do século IV a.C. até ao século XIII, trazendo ao mundo as quatro maiores invenções — a pólvora, o papel, a imprensa e a bússola — da China à Europa, passando pelo Médio Oriente.

Perspectivas mais vastas tendentes ao estabelecimento de relações com outras civilizações só se concretizaram com a Rota

* Este trabalho foi apresentado em Hamburgo, na Conferência Europeia de Bolseiros Chineses, em Agosto de 1991.

** Vice-Presidente da Associação de Ciências Sociais de Macau.

Marítima da Seda, culminando nas regiões mais longínquas atingidas pelo grande navegador chinês Cheng He que, entre 1405 e 1433, visitou mais de 30 países, chegou até à costa oriental de África e ao Golfo Pérsico, alargando, deste modo, a troca de produtos e de conhecimentos entre o Oriente e o Ocidente. Seguiu-se a conquista dos mares da Europa, as grandes descobertas a Oriente, impulsionadas por Henrique de Portugal, chamado o «Navegador», acabando na chegada da armada de Vasco da Gama a Calecute na Índia, no ano de 1498, depois do seu antecessor Bartolomeu Dias ter descoberto a ponta mais ocidental da África — o Cabo da Boa Esperança —, abrindo o caminho marítimo para Oriente. Malaca foi «descoberta» pelos portugueses após Goa, e finalmente che-garam ao Delta do Rio das Pérolas, no ano de 1513, logo visto como ponto de excelência para o comércio com a China. Os portugueses puderam estabelecer-se na pequena península de Macau, por volta de 1557, mediante o arrendamento às autoridades Ming. Macau tornou-se a primeira «concessão» estrangeira, o primeiro porto livre em território chinês.

Os portugueses detiveram o monopólio do comércio entre a Europa e o Extremo-Oriente, utilizaram Macau, como entreposto ou porto, para a ligação com Cantão (e o resto da China), Nagasaki (e o resto do Japão), a América Latina, através das Filipinas, Ilhas Molucas (Indonésia) e Goa, através de Malaca. As grandes naus traziam tecidos de lã, vidros, relógios e o vinho da Europa; em troca levavam madeira de sândalo, seda crua, especiarias, pérolas, marfim, objectos em laca, porcelanas... para a Europa, utilizando como moeda de troca, o ouro e a prata que obtinham da China e do Japão. O comércio marítimo floresceu e Macau também teve a sua Idade de Ouro entre 1580 e 1640. Portugal não pode deter este monopólio durante mais tempo devido à pressão exercida por outras nações europeias, nomeadamente a Espanha, Holanda e Inglaterra e mais tarde a França e a Alemanha que reclamavam controlar uma parte do apetecido comércio oriental. Deu-se uma rápida industrialização do Ocidente, enquanto o Oriente se manteve adormecido, tornando-se no século XIX objecto de colonização e partilha entre as grandes potências.

Macau prosseguiu, entre os altos e baixos da história, procurando identificar-se na acção mediadora entre o Oriente e o Ocidente.

MACAU COMO ELEMENTO DE LIGAÇÃO NO INTERCÂMBIO CULTURAL

O florescimento do comércio no século XVI atraiu os jesuítas a Macau, que vieram para disseminar a Fé Cristã pela China, Japão e por outros países da Ásia. Macau tornou-se, em 1576, a primeira diocese da Igreja Católica no Extremo-Oriente e o padre Melchior

Carneiro foi o primeiro Administrador Apostólico de Macau. Em 1594, foi fundado o Colégio de S. Paulo, a primeira instituição com características universitárias. Destinava-se à formação dos jesuítas no domínio da língua chinesa, antes de se lançarem ao trabalho de evangelização na China. Outras matérias, como a teologia, ciências sociais (humanismo), matemática, física, astronomia, medicina, latim, filosofia, arte, música, eram entre outras as áreas do saber leccionadas, procurando-se ir de encontro aos interesses da comunidade chinesa local. Centenas de missionários «peritos» eram treinados segundo este modelo de formação, que lhes permitia disseminar a religião e divulgar ao mesmo tempo a cultura. Os efeitos foram mutuamente sentidos — a recíproca assimilação entre Oriente e Ocidente. Este processo de intercâmbio cultural, que se deu a um nível bastante vasto e abrangente, resultou do bom conhecimento que os missionários tinham de ambas as culturas e do saber transmitido e recebido segundo as necessidades de cada uma das partes. Isto aconteceu em igualdade de circunstâncias, sem imposições de qualquer uma das partes. Os missionários souberam respeitar os costumes dos chineses e cativar a sua simpatia.

Os jesuítas chegados a Macau eram oriundos de diferentes países da Europa e constituíram a primeira geração de excelentes sinólogos, que traduziu e introduziu no Ocidente as primeiras obras clássicas chinesas. Foram também, sem dúvida, os melhores didactas, que souberam transmitir para chinês a ciência e a cultura ocidental. As figuras mais proeminentes foram: Mateus Ricci (italiano), Nicolaus Trigault (francês), Adam Schall von Bell (alemão), Fernando Verbiest (belga), Tomás Pereira, André Pereira e João Mourão (portugueses), e muitos outros, que contribuíram para a reciprocidade cultural em estreita colaboração com os escolásticos chineses, salientando-se Xu Guang-qi, Li Zi-chao, Mei Wen-ting, He Guo-dong. Depois de terem aprendido línguas estrangeiras, passaram ao conhecimento do pensamento ocidental que souberam combinar com o pensamento oriental.

Nesse tempo, os chineses conheceram do Ocidente a álgebra (a geometria euclidiana, Pitágoras, e a matemática moderna), a astronomia (puderam corrigir a tradicional teoria de que o globo era quadrado em vez de redondo), aprenderem o calendário ocidental (adoptando o método do sistema solar), geografia e cartografia (abriram os olhos aos chineses que ficaram com a ideia correcta da configuração do mundo, e souberam desenhar o seu próprio mapa), a medicina ocidental e a farmacologia (com a abertura de hospitais em Macau e no interior, a vacinação, a anatomia, e o princípio da combinação entre medicina ocidental e chinesa), a física (telescópios, instrumentos de óptica, engenharia hidráulica), arquitectura (na construção de igrejas em Macau, com menção especial que a Igreja de S. Paulo, onde foram inscritos motivos chineses, não esquecendo o jardim de Yuan Ming em Pequim), linguística e

fonética (com o primeiro dicionário de fonética em português-chinês romanizado), filosofia (a filosofia aristotélica e da Grécia antiga), artes (aprenderam as técnicas da pintura a óleo e da perspectiva óptica), e a música (aprenderam a escrita musical e a tocar instrumentos musicais ocidentais). Os chineses mostraram sempre muito interesse e curiosidade na aprendizagem destas ciências que contribuíram para o desenvolvimento da sua própria cultura.

Quanto aos jesuítas, os conhecimentos que adquiriram com os chineses foram fonte de grande atracção, muito superior ao interesse manifestado no tempo de Marco Polo. Admiravam a teologia natural confuciana e traduziram muitas das obras clássicas de Confúcio para as línguas ocidentais. A este propósito, em 1715, o filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz, escreveu um livro extraordinário, exaltando a filosofia chinesa. Faz-se referência a alguns passos onde se diz que os chineses «*estavam mais avançados*» em relação aos europeus e que tinham «*uma ética mais perfeita*» e «*melhores formas de comportamento*», e que «*o pragmatismo dos princípios filosóficos europeus era inferior ao dos chineses*». Leibniz incitou os escolásticos chineses a ensinarem na Europa «*os objectivos e prática da teologia natural*». Pelo estudo da filosofia confuciana, Leibniz foi o precursor da filosofia especulativa clássica alemã, que veio a ser posteriormente sistematizada por um seu discípulo Christian Wolff. Wolff subdividiu-a em sete categorias — ontologia, cosmologia, psicologia, teologia natural, ética, economia e política. Os princípios racionalistas da filosofia de Wolff foram retomados, mais tarde, por um seu aluno, Emmanuel Kant, que foi o fundador da filosofia clássica alemã.

Influenciado pela dialéctica do pensamento de Leibniz, Hegel encontra os fundamentos para lançar a estrutura do método dialéctico, que vem a ser a pedra angular do materialismo dialéctico marxista. Um século mais tarde, aquele materialismo histórico esteve na origem da filosofia científica de muitos chineses radicais. Os escolásticos franceses da linha de Malebranche, como Holbach, Poivre, François Quesnay, etc., aceitaram o ateísmo, materialismo e naturalismo do pensamento filosófico chinês, que lhes chegou através dos ensaios e livros escritos pelos jesuítas. Estas tendências serviram de base ao espírito da Revolução Francesa. Há quem defenda que o Iluminismo, movimento filosófico europeu do século XVIII, não teria existido se não tivesse sofrido a influência da filosofia chinesa. Voltaire, o grande pensador francês desse tempo, foi educado numa escola de jesuítas e foi um admirador da China e da filosofia de Confúcio, que enalteceu a harmonia entre a ordem moral e a ordem natural, numa harmonia intrínseca ao próprio «*self*», ou seja, o racionalismo como padrão da ética suprema. A origem dos pensamentos democráticos desenvolvidos na Europa do século XIX, remontam à filosofia chinesa do «*povo como fundador*

do estado». Estes princípios democráticos foram aceites, mais tarde, pelos radicais chineses, citando-se o nome do dr. Sun Yat Sen, Chai Yuan Pei, entre outros, que fomentaram a Revolução Popular Chinesa. Este foi o ciclo do desenvolvimento do pensamento humano que se desenrolou em espiral do Oriente para Ocidente e vice-versa. Este ciclo não teria sido possível se não tivesse existido o espírito missionário desenvolvido pelos jesuítas em Macau. Ainda um outro aspecto da cultura chinesa que causou grande impacto no Ocidente foi a importância que a agricultura sempre mereceu como base da economia da nação. Este foi, durante milhares de anos, o princípio básico da governação do país, algo esquecido no Ocidente. O economista francês François Quesnay (1694-1774) foi o fundador na Europa da escola fisiocrata, depois de ter aprofundado as obras de Confúcio e Lauzhi. Tomou as leis da natureza como fundamento da sua própria filosofia. Seguindo as medidas adoptadas pelos chineses na política da agricultura, aconselhou o governo francês a alterar a política existente, que negligenciava e adoptava medidas muito restritas para a agricultura, enquanto centrava as suas prioridades no comércio. Encorajou o rei Luís XV de França a adoptar a política chinesa de tributação de impostos aos agricultores para obtenção de receitas para o Estado.

As teorias de Quesnay foram, posteriormente, desenvolvidas pelo sucessor, o ministro francês das finanças, Robert Jacques Turgot, que defendeu que a agricultura era a única fonte de riqueza capaz de gerar outras fontes de trabalho. Turgot pediu aos jesuítas chineses, que se encontravam a estudar em França, para fazerem investigações e elaborarem relatórios sobre as condições da terra, da mão-de-obra, capital, aluguer, impostos e ainda sobre os processos de fabricação de papel e impressão, sobre os têxteis entre outras actividades desenvolvidas na China, para poderem servir de referência à reforma financeira em França.

Com base nos elementos recolhidos, escreveu um livro sobre a produção e distribuição de riqueza, sistematizando as ideias fisiocratas. Por sua vez, os jesuítas continuaram a apresentar relatórios com informações sobre o cultivo do arroz, as árvores do bicho da seda e a plantação de chá na China. Sobre estes assuntos, foi publicado um livro em 1770, pelo jesuíta francês Jean Joseph Marie Amiot, que veio para Macau e esteve 42 anos em Pequim. O trabalho dos fisiocratas franceses impressionou o grande economista inglês do classicismo Adam Smith, que se deslocou a França para se encontrar com Quesnay e Turgot, para desenvolver com eles as teorias dos fisiocratas chineses que viriam, posteriormente, a ser sistematizadas em «A Riqueza das Nações» — trabalho de crítica ao mercantilismo europeu que obteve grande sucesso nos meios da política económica britânica dessa época. As obras de Adam Smith foram o ponto de partida para o desenvolvimento da economia política marxista, que uma vez mais viria a ser um pólo de atracção

para os modernos radicais chineses.

Os pensadores franceses e ingleses do século XVIII e XIX foram grandes admiradores do sistema chinês de exame aberto e independente que se destinava à selecção dos melhores funcionários públicos, um sistema tradicional que remonta ao ano 165 a.C. da dinastia Han. Consideravam que os chineses, com este método de selecção, estavam muito mais avançados que os europeus, recomen-dando este procedimento como forma de combate ao nepotismo e à corrupção. O consagrado sinólogo inglês, Thomas Carlyle (1795-1881), afirmou que o exame aberto e independente era o melhor método de selecção baseado numa concorrência leal que defendia dos protegidos do rei. Este sistema foi abolido na China, no final da dinastia Ching, e reintroduzido pelo dr. Sun Yat Sen com a instauração da república. Mesmo na China comunista, em 1987, Zhao Ziyang tentou introduzir um sistema similar para o processo de selecção de funcionários públicos, mas não obteve sucesso.

Os jesuítas de Macau também foram tradutores entusiastas de romances, poemas e outras obras da literatura chinesa que se destinavam a ser lidas no Ocidente. Algumas, tal como «O órfão da família Tsao», foi revista e levada a palco pelo grande escritor e filósofo francês Voltaire e por Goethe, escritor alemão consagrado, ambos grandes admiradores da literatura chinesa.

Os jesuítas fizeram um trabalho extremamente difícil, ao traduzirem obras clássicas sobre medicina e ervas medicinais para latim, alemão, francês, inglês e russo. O cientista inglês Charles Robert Darwin inspirou-se nestes trabalhos quando escreveu «The Descent of Man». Neste livro, Darwin fez 104 referências aos estudos clássicos chineses sobre biologia. Os jesuítas também coleccionaram em Macau diversos exemplares de plantas e animais, que enviaram para a Europa, chegando mesmo a transplantar na Europa alguns exemplares de plantas.

Nos séculos XVI e XVII, a prosperidade do comércio de Macau levou o artesanato chinês até ao Ocidente, nomeadamente a imitação das porcelanas e de objectos de laca, de mobiliário e da arquitectura, que originou o estilo Rocóco, único na Europa desse tempo. A pintura chinesa também foi apreciada, sobretudo junto dos pintores de aguarela. O hábito chinês de tomar chá tornou-se moda na Europa.

Uma longa lista poderia ser apresentada enunciando as influências mútuas das culturas oriental e ocidental durante este período. Entre os séculos XVI e XVIII, um período de 200 anos, os jesuítas traduziram e escreveram cerca de 80 variedades de livros, sobre os clássicos chineses, muito mais do que foi dado a conhecer aos chineses, da cultura ocidental. Sendo o ponto de cruzamento entre o Oriente e o Ocidente, Macau testemunhou, durante essa época, as mudanças e consequências do intercâmbio cultural.

CONSEQUÊNCIAS DO INTERCÂMBIO CULTURAL

Os contactos criados entre o Oriente e o Ocidente, a partir do século XVI e até ao século XVIII, foram a primeira exposição de milénios de uma velha tradição oriental ao conhecimento moderno ocidental. Destas diferenças, resultou uma lenta receptividade por parte dos escolásticos e oficiais chineses, que se sentiam demasiado orgulhosos da sua herança cultural para aceitarem a necessidade de abertura a novos conhecimentos vindos do exterior. A penetração da cultura ocidental limitou-se ao campo das ciências naturais, admirado por alguns escolásticos e oficiais mais progressistas, mas que nunca passaram da superfície. O movimento Iluminista, também, em resultado do intercâmbio cultural, chegou à China, mas muito mais tarde, só vários séculos depois de ter aparecido na Europa.

Os jesuítas que vieram, portadores de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, não tiveram força suficiente para mudar a maneira de pensar dos governantes chineses, que consideraram o pensamento moderno mais uma ameaça do que um estímulo para o processo de modernização da China. Esta foi a razão para o fim da acção missionária no século XVIII. A proibição para a manifestação espiritual deu-se gradualmente com a restrição imposta ao comércio estrangeiro em Macau.

Os resultados sentidos foram de estagnação e retrocesso, tanto no campo material como espiritual. No século XIV, deu-se na China uma explosão tecnológica e o progresso económico. Neste desenvolvimento incluiu-se uma máquina movida a água com rotor, não existindo nenhuma outra mais avançada na Europa até ao ano de 1700. O total da produção de ferro, nesse ano, atingiu as 150 000 toneladas, sendo aproximadamente igual a quantidade produzida, nessa época, em toda a Europa.

A relação per *capita* era de seis para cinco a favor da China, não contando com um avanço de cinco séculos. Esta diferença foi rapidamente eliminada na Europa com a «Revolução Industrial», enquanto que a China estagnou e não conseguiu fazer evoluir os métodos de produção de ferro e dos têxteis.

O mesmo aconteceu na agricultura. Apesar da explosão demográfica e da fome crescente que grassou de região em região, e pelo que foi dado conhecer-se, a situação alimentar na China foi em média melhor que na Europa durante o último milénio. Os métodos aplicados nos trabalhos rurais eram considerados avançados, numa época mais recuada. Soube-se que os chineses utilizavam arados em ferro quando na Europa ainda se utilizavam arados em madeira. Mas quando na Europa se passou a usar o aço, a China continuou a usar o arado de ferro. Quando na Europa surgiram os tractores, na China ainda se trabalhava a terra com a ajuda do búfalo e do boi.

Até mesmo a nível da exploração marítima, que até estava bastante desenvolvida antes da chegada dos Portugueses a Macau, se sentiu um retrocesso. As autoridades Ming e Ching proibiram, por diversas vezes, o comércio marítimo, dando origem a um auto-isolamento. Consideravam-se auto-satisfeitos apenas com o «tributo» pago por outros países ao Império do Meio.

O alto nível de auto-suficiência de um estado tipicamente agrário como a China, que se fez sentir começando a nível mais baixo (as aldeias), passando pelas províncias até chegar à nação inteira, com pouco ou quase nenhum comércio multilateral, pode ter sido uma das explicações para o longo período de estagnação da economia chinesa, sem nunca ter atingido uma revolução industrial como no Ocidente.

Analizando a partir deste ponto o intercâmbio entre as duas culturas, Macau assistiu, por um lado, a uma dinâmica que no Ocidente levou a um enorme progresso a nível político, económico, social e científico. O espírito gerado pela Renascença no século XIV nunca mais parou.

A Revolução Francesa e Americana criaram condições para o surgimento de uma nova ordem democrática, enquanto que a «Revolução Industrial» acelerou uma nova era de desenvolvimento tecnológico, de nacionalismo, expansão, capitalismo e imperialismo.

Por outro lado, o dragão chinês manteve-se adormecido no sonho de uma glória do passado, indulgente, com uma complacência etnocêntrica, difícil de alterar para os jesuítas daquela época.

Durante a fase inicial deste intercâmbio cultural, ficou claro que os governantes chineses e a «intelligentsia» mais conservadora de tendência confuciana, rejeitou o «humanismo», e a libertação do indivíduo dos grilhões do misticismo e do obscurantismo.

Eram contrários a qualquer manifestação de individualismo ou de humanismo que pudesse conduzir à desintegração do reino do imperador e da estrutura do seu estado autocrático. Enquanto que no Ocidente o humanismo e o individualismo foram os motores da Renascença e dos movimentos iluministas.

Por isto, fica-se a perceber melhor a estagnação ideológica da China, que se auto-isolou do desenvolvimento do pensamento humano. Tempos depois, a dinastia Ching entrou em declínio.

A porta que os mandarins conservadores tanto se esforçaram por manter fechada às influências estrangeiras foi finalmente aberta pelos ingleses e outras forças imperialistas, a seguir à Guerra do Ópio. Assinaram sob coacção uma série de «tratados desiguais». Deste compromisso resultou a abertura de toda a costa oriental e dos circuitos navegáveis do interior da China ao comércio e às canhoneiras estrangeiras. A China ficou privada das tarifas de protecção, tornando-se uma espécie de semi-colónia, repartida pelas grandes potências ocidentais, incluindo o Japão.

Em Macau, onde os portugueses nunca usaram da força contra os chineses, mas coexistiram pacificamente durante séculos, o impacto da Guerra do Ópio pode ainda ser sentido, nas zonas que os portugueses rapidamente ocuparam e que se estenderam até ao norte da península e das duas ilhas, causando algumas mortes relacionadas com o comércio de cules e do ópio. É recordado este período como o pior nas relações sino-portuguesas.

Coloca-se a questão: poder-se-iam ter evitado todos estes contratempos? Não era possível, a menos que a China tivesse entrado no caminho da modernização, paralelamente com os países do Ocidente e o Japão. Infelizmente, tal não aconteceu. O país afundou-se num atoleiro de crises internas e externas. Devido à xenofobia dos chineses, que cresceu com a agressão estrangeira, apenas algumas figuras intelectuais, como Wei Yuan, sentiram a urgente necessidade de, passada a Guerra do Ópio, manterem contactos com a civilização ocidental.

A crise interna do país culminou com a revolução dos camponeses Taiping, que teve início ao sul da província de Guangdong, junto a Macau, onde os missionários exerciam a sua maior influência. Aceitavam as ideias do Cristianismo, na luta pela igualdade, contra a tirania Manchu. Fundaram o Reino Sagrado da Grande Paz, que compreendeu 16 das 18 províncias da China e durou 14 anos. Isto mostra o impacto social do Cristianismo, uma «ideologia» estrangeira, que se combinou com a tradição chinesa, apesar dos conflitos ideológicos permanecerem o que levou à queda do Reino de Taiping.

O fracasso da Revolução Taiping, fora as fraquezas internas e dissidências, deveu-se ao endurecimento de um sistema autocrático que ainda sobreviveu com a ajuda do imperialismo estrangeiro.

No virar do século, uma outra sublevação campesina, conhecida pelo movimento Boxer, caracterizou-se por uma forte xenofobia. Os chineses imbuídos dos ensinamentos confucionistas, taoístas e budistas, ressentiram-se da invasão do Cristianismo que se instalou com a protecção das canhoelras. O Cristianismo, tido como uma crença «heterodoxa» na China, esteve na origem de uma reacção de rejeição ao estrangeiro. No entanto, as dificuldades de vida causadas pela exploração e pelo domínio económico estrangeiro levaram à revolta. O fracasso desta revolta fez a China sentir-se ainda mais humilhada perante os estrangeiros.

Macau permaneceu nas franjas destas sublevações sociais e políticas, preservando uma identidade própria de coexistência entre a religião Budista/Taoísta e Cristã e entre a cultura portuguesa e a chinesa. Apesar desta harmonia, ainda se fizeram sentir algumas marcas de xenofobia e de etnocentrismo da parte dos portugueses em relação aos chineses locais, manifestada pela prática de ideologias colonialistas, na discriminação dos chineses. Estas

tendências negativas dificultaram a continuação da assimilação recíproca das duas culturas.

TENTATIVAS E DEBATES PARA ALCANÇAR A MODERNIZAÇÃO

Os intelectuais patriotas e determinados oficiais procuraram uma saída para a situação que enfrentava um Império do Meio, enfraquecido pelo domínio e agressão estrangeira, a corrupção interna e a decadência da autocracia Cheng.

O patriota e intelectual Wei Yuan aconselhou os chineses «*a aprenderem as técnicas superiores adoptadas pelos bárbaros para controlar outros bárbaros*». Foi este princípio o espírito que motivou o Movimento de Auto-Fortalecimento entre 1861 e 1895. Infeliz-mente, o movimento caiu nas malhas da burocracia, cuja preocupação máxima foi a construção de barcos, o fabrico de munições para combater os «bárbaros» (imperialismo estrangeiro), acreditando que a China poderia exceder em tudo o Ocidente, excepto em armamento. O âmbito das suas actividades estava limitado a armas de fogo, barcos, maquinaria, comunicações, minas e indústria ligeira, dirigidas principalmente por um governo burocrático dominante, supervisionado por mercadores, que ofereciam poucas oportunidades ao sector privado industrial. Os objectivos principais destes governantes consistiam apenas em preparar o país para resistir à agressão estrangeira, dominar a instabilidade interna e fortificar a sua própria logística. Nunca sonharam em reconverter a China num estado moderno. De facto, lutaram mais pelo fortalecimento da ordem existente do que pela sua substituição. Não havia qualquer concepção de desenvolvimento económico, revolução industrial e transformação moderna. Também não foram feitas quaisquer tentativas de percepção do funcionamento das instituições ocidentais, da filosofia das artes e da cultura em geral. Assistiu-se a uma natural contradição, quando se quis enxertar o capitalismo e a indústria moderna numa sociedade agrária de raiz confuciana.

O resultado foi pouco feliz e o apoio dado ao reforço das forças militares não foi suficiente para vencer os franceses e japoneses, durante o último período do século XIX. Para além disso, a falta de apoio popular limitou o âmbito da modernização. A liderança do movimento foi conduzida de cima para baixo, sem qualquer apoio das bases, tal como aconteceu em Meiji no Japão. Também falharam no desenvolvimento da iniciativa privada, nas indústrias estatais ou no comércio regulado pelo governo, que continuamente foi vítima da habitual ineficiência burocrática, nepotismo e corrupção.

Motivado por todos estes inconvenientes, o Movimento de Auto-Fortalecimento marcou o início da industrialização e lançou as

sementes do capitalismo moderno na China. Surgiu então a urbanização, com o gradual desenvolvimento de uma nova classe trabalhadora e com uma nova classe empresarial, constituída por pessoas que receberam formação no estrangeiro.

Os académicos chineses a estudar no estrangeiro desempenharam um importante papel, na introdução do conhecimento ocidental nos seus conterrâneos, não só no âmbito das ciências naturais, mas também do direito, economia, assim como do sistema educativo ocidental. Muitos deles tornaram-se importantes tradutores de obras ocidentais. A disseminação dos conhecimentos ocidentais foi complementada pelo trabalho dos missionários que introduziram, com sucesso, as reformas Meiji, no Japão e as reformas de Pedro, o Grande, na Rússia. Com estes esforços, o horizonte mental dos intelectuais chineses alargou-se e desenvolveu-se um novo sentido de respeito pelos estrangeiros e pelo conhecimento ocidental, como catalizador para levar a efeito grandes reformas na China. Como resultado, surgiu o importante Movimento de Reforma de 1898. A ala conservadora dos reformadores pretendeu uma reorganização administrativa limitada, com a adopção de algumas medidas ocidentais, na tradição do Movimento de Auto-Fortalecimento. Pretendiam o renascimento do confucionismo, passando pela educação, indústria e pela aceitação da ciência ocidental e da sua tecnologia. Reafirmavam a superioridade da tradição moral chinesa, reforçando-a, sem contudo a substituir pela ciência ocidental e pela tecnologia.

As suas ideias eram simbolizadas na seguinte máxima «*Desenvolver o conhecimento chinês para a aplicação do (t'i) e aprendizagem ocidental para a prática (jung)*». Este *slogan* tem sido muito utilizado por muitos intelectuais chineses, até aos dias de hoje, na defesa da chamada «*pura tradição chinesa*», contra o avanço de reformas radicais. Na prática o conceito «*t'i*» (substância/essência), no conhecimento chinês e ocidental aparece com uma contradição, o último quase sempre afectando o primeiro, tornando difícil uma duração longa para esta «*mistura híbrida*». O ponto fulcral do debate incidiu sempre na necessidade de mudar a «*base*» — a estrutura política totalitária de 2000 anos de estatuto feudal na China.

Nesse tempo, os reformadores mais radicais eram representados por Kang Yu Wei e por Liang Chi Chao, oriundos do sul da província de Guangdong, perto de Macau. Foram influenciados pelos ideais disseminados pelos intelectuais chineses, chegados do Ocidente, e pelos missionários que procuraram implementar uma reforma política institucional de estilo ocidental, avançando com a Escola Moderna em oposição à Escola Tradicional conservadora. Viajaram por diversas províncias, ao mesmo tempo que ensinavam e divulgavam as causas da reforma. Fundaram diversas sociedades de estudo, escolas e jornais. Recomendaram ao Imperador, pessoa

tida como «liberal» e tolerante para com os ideais reformistas, que implementasse três tipos de acção:

1. Proclamar uma política nacional de reforma, na sequência dos sucessos obtidos por Pedro, o Grande e pelo Imperador Meiji;
2. Reunir os indivíduos de maior talento e prepará-los para a reorganização institucional;
3. Autorizar as autoridades provinciais a iniciarem a reforma institucional, dentro das suas áreas de jurisdição.

Quiseram também informar que qualquer atraso seria um convite a breve prazo para novas ocupações estrangeiras, o que levaria irremediavelmente à extinção da dinastia.

Kang Yu Wei ganhou a confiança do Imperador o que lhe mereceu a nomeação para secretário da corte. O Imperador após ler os trabalhos de Kang sobre as reformas em França, Rússia, Alemanha, Inglaterra e Japão, ficou totalmente convencido da urgência da mudança institucional. Kang aconselhou o Imperador Kuang Hsu a retirar poderes à Imperatriz Dowager Tsu Hsi, pessoa de baixo nível de educação, pouco inteligente e egoísta, mas detentora do poder supremo conseguido através da manipulação política. Kang viu nela o maior obstáculo ao desenvolvimento do progresso. Kang ainda foi mais longe, ao propor a criação de um parlamento, uma assembleia nacional que adoptasse uma constituição e um princípio de divisão tripartida do poder pelas áreas executiva, legislativa e judiciária.

Em suma, Kang previu a criação de uma monarquia constitucional em substituição do velho sistema «imperial confuciano». Com a protecção do Imperador, Kang e Liang constituíram um grupo de trabalho, dentro da corte, para preparar a reforma. No espaço de 103 dias, foram feitos cerca de 50 decretos, tocando, sucessivamente, as áreas da educação, administração pública, indústria e a cultura a nível do intercâmbio internacional. As ideias reformistas entraram em conflito directo com os interesses dos conservadores liderados pela Imperatriz Dowager, que sentiu a sua posição e autoridade ameaçadas. Kang Yu Wei foi apelidado de «ter uma cara de Confúcio, mas um coração de bárbaro». A Imperatriz Dowager que ainda exercia um controlo firme sobre as forças militares e políticas, mandou deter o Imperador, mantendo-o sob prisão. Todos os documentos referentes à reforma foram interceptados e os escritos de Kang banidos. Foram presos 22 reformadores, encarcerados, demitidos, banidos e expoliados dos seus bens.

A «*Reforma dos 100 dias*» terminou em fracasso, mostrando quão difícil se mostrou modificar uma sociedade e um velho estado confuciano, sem gerar uma forte oposição nos poderosos conserva-

dores, cujo poder foi subestimado por Kang e pelos seus aliados. As pretensões grandiosas da reforma que Kang projectara eram demasiado ambiciosas para aquele tempo. Na China não havia um Imperador igual a Meiji, que pudesse implementar as reformas a partir do topo da hierarquia.

Durante o tempo de exílio no Japão, Liang Chi Chao manteve-se em contacto com filósofos e políticos ocidentais. O diagnóstico que fez de uma situação débil na China demonstrou como os confucionistas falavam em nome de uma lei universal, sem terem primeiramente a preocupação de enaltecer a importância da nação chinesa. Este despotismo e autocracia está na base da fraqueza e corrupção na China. Insistiu prementemente para que os chineses aceitassem o nacionalismo como um pré-requisito para o exercício de direitos fundamentais como a igualdade, liberdade e soberania. No entanto, nunca acreditou que a China do seu tempo estivesse preparada para aceitar um governo verdadeiramente democrático e representativo. Considerou que a monarquia constitucional seria o sistema mais eficaz atendendo à finalidade imediata a atingir. Defendeu uma mudança política gradual que se opunha à revolução pela violência.

Contrariamente aos desejos de Liang e também contrariamente ao que aconteceu no Japão com a reforma de Meiji, os Manchus decadentes, governados pela Imperatriz Dowager, bloquearam a possibilidade de qualquer sistema constitucional poder vingar, restringindo a disseminação de ideias novas. Isto demonstra total incapacidade de adaptação ao pensamento ocidental, a dificuldade de aceitação das ideias importadas do estrangeiro, para gradualmente transformarem a China num estado moderno. O capitalismo e a reforma política moderna não podiam ser introduzidos com bons resultados num estado antiquado de base confuciana. A China não podia ser reconstruída mantendo-se a mesma estrutura e somente uma revolução poderia operar uma mudança. Esta foi a conclusão a que chegou o dr. Sun Yat Sen mais os seus aliados, contrariamente ao conceito de monarquia constitucional defendido por Liang.

Este grupo acreditava que era forçoso e essencial para a China dominar a dinastia Manchu (Cheng) e fundar uma república, que inaugurasse uma nova era. Tal como os anteriores revolucionários, também Sun Yat Sen nasceu na província de Guangdong, a poucas milhas de Macau, onde passou a infância, admirando os ideais revolucionários da sublevação de Taiping, ao mesmo tempo que recebia as influências do Ocidente. Prosseguiu os seus estudos em Honolulu e Hong Kong.

Os ideais de democracia, independência, direitos humanos, igualdade, liberdade, nacionalismo e republicanismo tiveram grande impacto no jovem Sun e nos seus contemporâneos, inspirados pelas grandes revoluções em Inglaterra, América e França, assim como pelos movimentos de unificação nacional

implantados com sucesso na Itália e Alemanha. Sun e os seus contemporâneos atribuíram à instituição monárquica chinesa a responsabilidade pelas sucessivas dinastias imperiais durante os últimos 2000 anos, que nunca alteraram a essência do governo.

A História da China desenrola-se num círculo de divisão, desordem, unificação e despotismo e a cada período de instabilidade seguiu-se uma lenta e impiedosa luta pelo trono, fomentada pelos muitos dos diversos beligerantes que só pararam com a vitória de um deles. Como resultado destas atribulações, o país e o povo sofreram desnecessariamente, repetindo-se esta situação histórica periodicamente. Para quebrar este ciclo e para dar saída às ambições do povo, foi necessário substituir a monarquia pela república, uma república federal, moderna, livre da intervenção e interferência estrangeira.

O dr. Sun preparou teoricamente a revolução que o povo chinês desencadearia e que continha três etapas:

1. Uma revolução nacionalista para expulsar a dinastia Manchú e a instituição imperial;
2. Uma revolução democrática para a criação de uma república e de um estado soberano;
3. Uma revolução social para repor a igualdade, os direitos da terra e para prevenir as doenças do capitalismo.

Também definiu detalhadamente os procedimentos da sua revolução. De início haveria um regime militar por três anos, nas áreas libertadas pelas forças revolucionárias. Durante este período o governo militar controlaria o poder militar e a administração civil a nível distrital. Entretanto, deveria cooperar com a população local com vista à erradicação dos males políticos e sociais, tais como a escravatura, o enfaixamento dos pés, o consumo de ópio e a corrupção burocrática.

A segunda fase seria um período de tutela política, que não deveria durar mais de seis anos. Este tempo serviria para instituir um poder local próprio que deveria organizar eleições populares para as assembleias e a administração local.

Destas intenções fazia ainda parte a criação de uma constituição provisória para definir os direitos e deveres do governo militar e da população. Quando expirasse o tempo da tutela, o governo militar seria dissolvido e o país passaria a ser governado por uma nova constituição.

Resumindo, o dr. Sun previa uma só revolução com três fases de desenvolvimento, para levar o país ao constitucionalismo.

Durante as tentativas revolucionárias, no sul e sudoeste da China, que foram mal sucedidas, o dr. Sun contou com a protecção e apoio dos seus amigos estrangeiros em Macau, Hong Kong e outros países, assim como das comunidades chinesas no estrangeiro.

Com os constantes esforços do partido político Tungmeng Hui (multiclassista e multiprovincial) que foi o antecessor do partido nacionalista, o Kuomintang, revolução armada, triunfou, proclama-ndo o nascimento da República Chinesa em Janeiro de 1912, dando por finda a última das vinte e cinco dinastias chinesas.

Mas a revolução ainda não estava completa. Como os Manchus foram destronados, o povo esqueceu as tarefas relativas à reconstrução democrática e à vivência humana, tarefas enunciadas pelo dr. Sun nos seus três grandes princípios populares. O programa do dr. Sun, baseado em três etapas revolucionárias foi também ignorado.

Infelizmente, a jovem república sofreu do revivalismo da monarquia e o país fraccionou-se pela guerra dos barões, de 1916 até 1977, apoiada pelo imperialismo estrangeiro.

LUTA PELA INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA

O falhanço da república em trazer a paz, a ordem, unidade e independência, estimulou mudanças radicais nos princípios filosóficos e no pensamento dos intelectuais chineses, treinados ou influenciados pelo Ocidente.

De 1903 a 1919, 41,5% dos estudantes chineses no estrangeiro estudavam no Japão, 33,85% nos Estados Unidos e 24,64% na Europa. Entre os estudantes mais célebres conta-se Cheng Tu-shiu e Chai Yuan-peí vindos de França, Kuo Mo-ro e Lu Shun do Japão e Hu Shih dos Estados Unidos. Estes novos intelectuais, com bases importantes nos estudos chineses clássicos, conheciam bem a civilização ocidental. Funcionavam com autoridade na transformação da personalidade literária e intelectual da China. Eles apelaram para uma crítica reavaliação da herança cultural e lutaram pela introdução do pensamento e ideologias ocidentais, que ao espalhar-se provocou uma revolução intelectual, dando um pouco de cor ao tradicionalismo, vindo só a brilhar no período do Novo Movimento Cultural de 1917 a 1923, exageradamente descrito como a «*Renascença Chinesa*».

Chen Tu-shiu tornou-se mais tarde um dos fundadores do Partido Comunista chinês, advogando uma nova cultura para a China, sugerindo seis princípios orientadores:

1. Ser independente e não servir;
2. Ser progressista e não conservador;
3. Ser agressivo e não retrógrado;
4. Ser sociável e não isolacionista;
5. Ser utilitário e não utópico;
6. Ser científico e não visionário.

Afirmou que o confucionismo devia ser rejeitado porque:

1. Advogava «*cerimónias supérfluas*» e pregava a moralidade da suave cumplicidade, tornando o povo chinês fraco e passivo, não preparado para combater e competir no mundo moderno;
2. Reconhecia a família e não o indivíduo como a unidade básica da sociedade;
3. Sobrevalorizava a desigualdade do estatuto dos indivíduos;
4. Reforçava a piedade filial o que tornava o homem subsergente e dependente;
5. Conduzia à ortodoxia do pensamento em total desprezo pela liberdade de pensamento e de expressão.

Apesar do suporte entusiástico da população jovem, Chen pareceu ir muito longe na negação do confucionismo, e não teve êxito na criação de uma nova cultura.

Chai Yuan-pei, depois de se tornar o reitor da Universidade Nacional de Pequim, introduziu drásticas reformas baseadas em três princípios:

1. A Universidade deve ser uma instituição de investigação — dedicada não só à introdução da civilização ocidental, mas também à criação de uma nova cultura chinesa, não estimulando a preservação da quintessência nacional, mas estimulando a sua reavaliação por métodos científicos;
2. A educação universitária não era um substituto do extinto exame para entrada nos serviços públicos, e também não servia de atalho para chegar à riqueza e a boas posições;
3. Devia ser permitida a liberdade académica absoluta, e a livre expressão de teorias divergentes e de diferentes pontos de vista deviam ser garantidos, desde que situados num ambiente racional.

Durante a sua liderança, a Universidade tornou-se uma instituição dinâmica, de grande aprendizagem, com professores de diferentes tendências políticas — liberais, radicais, socialistas, comunistas, anarquistas, conservadores e mesmo reaccionários. O ambiente era agora livre, havia um espírito aberto ao debate entre os defensores das diversas correntes de pensamento, situação que não se verificava desde o período dos «Estados Guerreiros» (475-221 a.C.), mantendo-se o mesmo espírito de salvação nacional que levaria à criação de uma nova China — criteriosamente modernizada, ainda que distintamente chinesa.

Hu Shih foi um enérgico dinamizador do pensamento científico, do agnosticismo e do pragmatismo, métodos que utilizou na

avaliação das ideias e da ética tradicional. A verdade para os pragmáticos é mutável em proporção com a sua utilidade baseada na verificação. Tal atitude, produto de uma sociedade capitalista industrial, opunha-se diametralmente ao conceito confuciano de que a verdade é eterna e mutável. O confucionismo para Hu estava completamente desligado das realidades do mundo moderno. Se Hu sustentava uma posição contrária ao pensamento confucionista, mostrava-se adepto do liberalismo, individualismo, da ciência e da democracia. Debateu-se por um desenvolvimento gradual da sociedade pelo estudo directo dos seus problemas. Como os termos chave eram Ciência e Democracia, conceitos ocidentais, admite-se que era um total defensor da ocidentalização.

Em 4 de Maio de 1919, Hu proferiu um longo e explosivo discurso intelectualizado, sócio-político, que causou uma maciça manifestação nacional, quando em Pequim 5 000 estudantes, liderados também por outros jovens da Universidade de Pequim, fizeram uma demonstração contra o veredicto da Conferência de Paz de Versalhes em Shantung, que foi considerada pelos estudantes como uma traição ocidental. Foi uma explosão de nacionalismo que despoletou de imediato um sentido de responsabilidade nacional, descrito pelos historiadores como o primeiro movimento genuíno de massas da história da China moderna.

Mas as ideias do movimento de 4 de Maio para a independência nacional, ciência e democracia, só deu frutos algumas décadas mais tarde, depois de vários contratempos. Quanto aos dois últimos propósitos, ainda hoje, e passados que são sete décadas, se considera que estão longe de atingir.

A Revolução Bolshevice, em 1917, e a crescente insatisfação sentida pelo Ocidente, tornaram o marxismo e o socialismo mais atraentes para a classe intelectual chinesa. Por influência destes, nasceu o Partido Comunista Chinês em 1921, com uma posição mais radical na resolução dos problemas nacionais que o Partido Nacionalista (KMT). A história da China contemporânea, entre 1921 e 1942, mostra a luta entre dois partidos e duas abordagens políticas diferentes.

Tanto os nacionalistas como os comunistas participaram conjuntamente na guerra dos lordes, quando lançaram a expedição ao Norte a partir da base revolucionária em Guangdong, em 1925. Também formaram uma frente unida para travar a invasão e ocupação japonesa de 1938 e 1945. No entanto, nunca deixaram de se guerrear, dando origem à Longa Marcha em 1935 e à Guerra Civil, entre 1946-1949, que custou muitas vidas.

Os nacionalistas foram finalmente derrotados no continente, por não conseguirem evitar o colapso da economia e também pela total negligência na mobilização dos camponeses, que constituíam 80% da população, a viver na maior miséria há várias gerações. Sentia-se o constante retardar das reformas sociais e económicas.

Os princípios defendidos pelo dr. Sun, que previam a regulamentação da subsistência dos idosos — a repartição de terras e de capitais — nunca foram postos em prática. O KMT foi acusado de corrupção e de total alienação da situação de milhões de pessoas em sofrimento.

Em oposição, o PCC, liderado por Mao Tse-tung, conhecedor dos problemas dos trabalhadores, desenvolveu um trabalho magnífico, na mobilização das massas e na satisfação dos seus direitos básicos. Foi com bastante sucesso que empreenderam as tácticas de «*envolvimento das cidades pelo campo*» visando pôr fim à conquista das cidades. A maior vitória alcançada neste período foi a recuperação da independência nacional depois da frustração sentida pela guerra com os japoneses e, também, em 1949, após os comunistas terem erradicado do continente os restos de imperialismo.

Mao Tse-tung e Chou En-lai evitaram, também, que a China se tornasse um estado satélite da Rússia, governada sucessivamente por Estaline, Kruchtchev e Breznev, mantendo intacta a sua independência.

Tanto Mao Tse-tung como Chiang Kai-shek nunca conseguiram libertar-se do modelo tradicionalmente ditatorial.

A ditadura de Mao veio substituir a ditadura de Chiang. Foi educado num ambiente tradicional confuciano, sem qualquer contacto com as ideologias externas ocidentais.

Foi com este espírito que teve acesso a uma versão das teorias de Lenine sobre a «*Ditadura do proletariado*» que se opunha às ideias democráticas do Ocidente e a uma tradução das teorias de Estaline «*A luta de classes*» e o regime de terror, contra qualquer emergência de pluralismo dentro ou fora do partido.

Centenas de milhares de intelectuais foram perseguidos durante a campanha «*anti-direitos*», que continuou durante a Revolução Cultural perseguindo milhões de pessoas. Entre muitos, contam-se o marechal Peng Tehuai, impiedosamente perseguido durante o desastroso «*grande salto em frente*», o Presidente da República Liu Shao Chi, Deng Xiao-ping então secretário-geral do PCC, Lin Biao vice-presidente do partido e Chou En-lai que foi primeiro-ministro. Todos eles foram testemunhas da crueldade de uma ditadura malévola, semelhante à do pior déspota da história chinesa, que mergulhou a China em ondas sucessivas de «*lutas de classes*», arruinando a economia e o moral do país e da população.

Numa tentativa de evitar o declínio da nação, Deng, em 1978, depois de recuperar o poder, abandonou as erradas noções políticas maoístas de «*revolução contínua*» e de «*luta de classes*», lançando-se à reconstrução e modernização da economia, como tarefas prioritárias para as décadas seguintes.

Defendeu o princípio pragmático da «*prática como único critério da verdade*», novamente um dogmatismo marxista e uma

deificação de Mao. Incentivou à «*emancipação do pensamento*», quis reintroduzir a política de «*confronto de ideias entre as diversas correntes de pensamento*».

Em 1980, com a recordação ainda fresca dos desaires políticos maoístas, quis evitar os erros passados, avançando com um sistema de reforma política que afastasse as influências feudais, incluindo o culto do individualismo (*a deificação dos dirigentes*), patriarquismo (*fonte de autocracia*) e a longa permanência dos quadros (*fonte de gerontocracia*). Em substituição, propunha um novo sistema democrático e a imposição da lei.

Apesar de Deng ter sido educado no estrangeiro e de ter mantido mais contactos com as ideologias ocidentais do que Mao, ainda eram ténues os seus esforços de liberalização e democratização do partido e do país.

A primeira acção de repressão veio a cair no jovem dissidente Wei Jing-Sheng e no seu grupo, firmes apoiantes de Deng na luta contra o Bando dos Quatro, e de Hua Guo-feng, possível sucessor de Mao.

Quando Wei e outros jovens, inspirados na campanha de Deng de «*emancipação do pensamento*», quiseram ir mais longe, desa-fiando o sistema ditatorial do PCC e o «*sistema individualista*» de Deng, exigindo a modernização da super-estrutura social, que passava pela reforma do sistema político vigente, foram presos. O «*Movimento da Primavera*» foi banido e considerado «*contra-revolucionário*». Foi precisamente a seguir à supressão do «*Movimento da Primavera*» que Deng instituiu os «*4 princípios cardiais*» — persistindo na liderança do partido comunista, do socialismo, da ditadura do proletariado e da defesa dos ideais Marxista-Leninista-Maoísta. Com estas quatro determinantes tanto Deng como os conservadores podiam eliminar todos aqueles que fossem considerados agitadores políticos. Objectivamente, isto apenas serviu de *boomerang*, abafando quaisquer tentativas de modernização do país.

Deng tentou pôr em prática um misto de conservadorismo e liberalismo. Conservadorismo na política e liberalismo na economia, que designou de «*percurso para o socialismo em moldes chineses*». É uma série de contradições que o colocou a ele e aos seus partidários perante dificuldades sem resolução. A postura ambígua fazia-os oscilar constantemente entre a direita e a esquerda. Os intelectuais eram os que mais sofriam com o síndrome pendular de Deng.

Por um lado, eram encorajados a explorar novos caminhos e teorias conducentes à modernização do país. Entre muitos dos cérebros brilhantes da China, que se tornaram o depósito intelectual dos dirigentes reformistas, cita-se Hu Yao-bang e Zhao Zy-Yang, que desenvolveram novas ideias que encorajavam o passado e abriam caminho a novos percursos. Conta-se o desenvolvimento do

mercado económico e a supressão do apertado controlo económico de moldes estalinistas; a luta pela liberdade de imprensa, possibilitando a denúncia da corrupção; a luta por uma menor ingerência da burocracia partidária nas artes e na cultura; a introdução de uma peritagem e de um equilíbrio entre os poderes administrativos, legislativos e judiciais, para acabar com a autocracia e a burocracia.

Por outro lado, eram continuamente ameaçados pelos «*bastões*» dos conservadores, que continuamente lançavam campanhas contra «a *poluição espiritual*» e o «*liberalismo burguês*». Com estes *slogans* não só tinham em mente abafar a iniciativa de novas ideias, relacionando-as com dogmas antiquados, como também acusar as políticas liberais de Deng de abertura ao exterior de «*poluidoras*».

O desentendimento profundo entre autocracia e democracia reflectiu-se num debate académico sobre a «nova» teoria chamada «neo-autoritarismo», apoiado por Deng e por alguns dos reformadores, colocados a alto nível partidário, todos eles contrários a um sistema verdadeiramente democrático.

Queriam salvar o prestígio, já esmorecido, do partido e do governo, sublinhando a necessidade de exercerem um tipo de liderança autoritária para prosseguirem as reformas e a modernização do país.

De acordo com esta teoria, os países subdesenvolvidos da Ásia, teriam de se apoiar numa autocracia tipo Napoleão, para criarem uma economia moderna e uma estrutura legal, estando a Coreia do Sul e Taiwan entre os exemplos a apontar de maior sucesso. Rejeitava a democracia ocidental por ser «*incompatível com as características nacionais da China*».

Tal teoria veio a encontrar uma forte oposição entre os intelectuais progressistas, que defendiam que os princípios de democracia (incluindo a separação tripartida de poderes), liberdade, igualdade, exercício do direito, direitos humanos, etc., criados e desenvolvidos antes e após a Revolução Francesa, não só pertenciam a França, ao Ocidente e a outros países desenvolvidos, como a todos os países do mundo em resultado da evolução social humana.

A democracia não devia ser dividida em capitalismo ou socialismo. O nível subdesenvolvido da economia não devia servir de obstáculo à aplicação dos princípios da democracia. A economia actual da China está ao mesmo nível de subdesenvolvimento que a do Japão, há algumas décadas atrás, quando o Japão começou a democratizar o seu sistema político. É verdade que as características nacionais, são um importante factor a considerar, mas não devem pesar desfavoravelmente contra a democracia.

A China precisa de conseguir pluralidade para o sistema político, em paralelo com a economia. Esta é uma questão básica de sucesso em Taiwan e na Coreia do Sul. A abolição dos sistemas autocráticos começou a ser uma questão histórica, já em muitos

países asiáticos. A China não pode continuar a apoiar-se nos «salvadores» do género Mao, em «deuses» ou «imperadores», para salvarem o país e a economia. Os chineses já sofreram o suficiente com os desastres causados pela autocracia. Precisam duma alteração à constituição, com o suporte das leis, para garantia da sua total implementação, especialmente no que diz respeito à liberdade de expressão, liberdade de associação e de manifestação, introduzindo eleições livres para os corpos representativos, aumentando o poder a esses representantes em vez de os manter como simples carimbos do partido. As reformas deveriam correr conforme os princípios da nova constituição e não segundo a orientação particular dos governantes.

A necessidade de implementar um controlo macro-económico não deverá servir de alibi para defender uma autocracia. Quanto maiores são os problemas que o país enfrenta, maior é a necessidade de implementar a democracia, de ouvir opiniões diferentes para se tomarem decisões. Um dirigente só poderá contar com um verdadeiro prestígio e autoridade se tiver total apoio popular. Estes foram alguns dos argumentos defendidos no debate.

Um outro debate interessante, ocorreu no final de 1988, a propósito de um documentário na TV «*Sufrimento no Rio Amarelo*» (He Shang), produzido por um jovem e liberal escritor, que foi suficientemente audaz para libertar as raízes da mentalidade dos chineses mais retrógados e conservadores, pela revisão da história da cultura chinesa que tem mais de 5 000 anos, comparando-a com culturas de outros povos e com outras ideias mais avançadas. Este trabalho perspectivou-lhe melhor o conhecimento da cultura ocidental e permitiu-lhe defender uma reforma radical.

Nessa época, foi considerado um forte apoiante das ideias de Zhao Ziyang, mas foi vítima de ataques violentos, por parte dos conservadores, que consideraram o documentário calunioso para a cultura chinesa, para o socialismo e para o partido comunista. Também pediram que o filme fosse retirado da programação da televisão. O debate motivou fortes repercussões entre as comunidades chinesas espalhadas pelo mundo, fora das fronteiras da RPC.

Acredita-se que a civilização chinesa corre o risco de «desaparecer», como tantas outras civilizações antigas já extintas, caso esta não venha a dinamizar-se através de reformas radicais. Coloca-se a questão sobre o que deverá ser preservado e eliminado na cultura chinesa. Mas seria simplificar em demasia o problema, se disséssemos que «o tipo de produção asiática» baseado numa cultura agrária, a que pertence a China, poderia apenas gerar o totalitarismo, conservadorismo, retrocesso e pobreza e que, em alternativa, deveria ser substituído por uma cultura industrial ocidental, que é mais aberta e dinâmica.

É ainda o mesmo problema, da ciência e democracia, levantado pelo Movimento do 4 de Maio, em 1919. Mas ninguém acredita que

a cultura gerada pelo confucionismo é o maior obstáculo à industrialização e modernização, vendo-se os exemplos do Japão, Taiwan e Singapura.

Os obstáculos residem no sistema político, que em muitos países comunistas se desenvolveu numa «*ditadura de burocratas*», em vez de uma «*ditadura do proletariado*». O problema situa-se a nível dos burocratas, relutantes em abandonar o poder e os privilégios, a favor da reforma.

O incidente de Tiananmen, em 1989, foi o resultado de uma contradição insolúvel, e cada vez mais acentuada, entre o conservadorismo político e o liberalismo económico. Os países da Europa de Leste tentaram resolver a contradição através de reformas políticas graduais ou drásticas, que motivaram alguns conflitos sociais e crises temporárias, no período de transição, o que é totalmente inevitável. Parece que as reformas graduais são preferíveis às drásticas, causando menos convulsões. Uma rápida reforma política sem uma sólida reforma económica — como é o caso de muitos países do Leste Europeu — ou uma mera reforma económica sem abertura política — como é o caso da China — provaram que têm efeitos negativos. Mas na China, alguns dirigentes conservadores, tiraram algumas ilações negativas deste acontecimento, caindo-se na estagnação, se não no retrocesso, do sistema político depois do incidente de Tiananmen. Obviamente, que o impacto foi negativamente sentido no desenvolvimento da economia; no entanto, uma maior quantidade de pessoas está agora a tirar desse incidente ilações positivas.

ENSINAMENTOS DE E PARA MACAU

Macau situado ao sul da China esteve sempre envolvido no processo de modernização deste grande país, através do intercâmbio cultural, que remonta aos tempos em que os jesuítas iniciaram o seu trabalho, há mais de 400 anos, testemunhando os diversos sucessos e fracassos, no longo e lento processo de modernização. Este processo ainda está longe de ser acabado, provavelmente nunca será antes de meados ou do final do próximo século.

Neste intercâmbio cultural, o âmago da questão, ainda continua a ser o mesmo para os chineses: «*Conhecimento chinês para a base teórica, conhecimento ocidental para a prática*», ou será antes o conhecimento ocidental para mudar e melhorar a base teórica? Deverá o intercâmbio cultural ficar restrito a ordens burocráticas em determinadas áreas, ou será que deverá ficar livre e desenvolver-se segundo as necessidades da evolução da sociedade?

A resposta já foi dada por Macau, local inicial do contacto entre as duas culturas e de coexistência, que dura há mais de 400 anos, sem nunca haver qualquer necessidade para restrições. Existem aqui dois tipos diferentes de língua, dois sistemas educati-

vos diferentes, duas religiões diferentes, duas tradições diferentes, dois tipos de arquitectura diferentes, dois costumes diferentes (alimentação, vestuário, etc.), e consequentemente dois tipos de mentalidades diferentes. As duas comunidades têm vivido lado a lado, mas independentemente, sem interferências, mas influenciando-se mutuamente, dando origem a uma classe social distinta — os macaenses, resultante dos casamentos entre os dois grupos étnicos, assimilando e interligando ambas as culturas. Com a Administração Portuguesa, o sistema político e legislativo ocidental começou a criar raízes entre a comunidade local chinesa. Após a Revolução Portuguesa de 1974, quando o regime político autocrático de Salazar foi deposto, iniciou-se o processo de autonomização de Macau, com a criação da Lei Orgânica de Macau e a separação tripartida dos poderes.

Para a realização de eleições directas e indirectas para a Assembleia Legislativa, a lei eleitoral precisou de ser modificada, conferindo mais representatividade à assembleia local. Os direitos humanos, incluindo a liberdade de expressão e de associação, são salvaguardados pela Constituição Portuguesa, a partir da revolução de 1974. Os residentes em Macau começaram já a lutar pela futura salvaguarda dos direitos humanos, incluindo os direitos democráticos previstos na futura Lei Básica de Macau.

O sistema legal vigente que foi transplantado de Portugal está a ser adaptado à realidade local, localizado, reselectionado e ajustado às leis já existentes, para servir o desenvolvimento socioeconómico do Território, ao mesmo tempo que está a ser traduzido para chinês para, gradualmente, vir a obter a mesma validade da versão portuguesa. A tradução da legislação para chinês permite à população um melhor conhecimento e interpretação das leis, a que pode fazer recurso, para salvaguarda dos seus interesses, sendo todos os cidadãos iguais perante a lei, independentemente da raça, opção política ou religiosa e da posição social de cada indivíduo.

São estas as identidades de Macau, uma mistura clara de Oriente e Ocidente, que têm de ser preservadas após 1999, de acordo com a Declaração Conjunta Sino-Portuguesa.

A chave para a preservação desta identidade passa pela formação de quadros e de técnicos bilíngues, para as áreas administrativas, legislativas e jurídicas.

Políticas erradas que podem conduzir à limitação ou à eliminação da identidade de Macau, ou à destruição das suas características ocidentais, seriam desastrosas. Macau poderia deixar de ser um porto franco para passar a ser um porto morto, tornando-se num apêndice da vizinha região de Zhuhai ou de Hong Kong. Isso também poderia significar que a China viria a perder uma importante ponte de ligação com o mundo ocidental ou, mais precisamente, com o mundo de expressão latina, que continua ainda a ser muito útil para o processo de modernização do país, em termos

de investimento, captação de fundos, desenvolvimento tecnológico e empresarial e ainda no campo da informação.

Tanto em Macau como em Hong Kong — os chamados enclaves capitalistas em território chinês — é bem claro que o pluralismo económico (o desenvolvimento empresarial liberal que garante à China a entrada de capitais estrangeiros) não poderá sobreviver sem o pluralismo político — o sistema que protege a liberdade, os direitos humanos e a democracia.

A forte manifestação de apoio, em Maio e Junho de 1989, organizada nos dois territórios, ao movimento pró-democracia na China foi um indicador forte de que a população prefere a liberdade à repressão, prefere a democracia à autocracia.

Hong Kong e Macau ainda estão a tempo de desempenhar um papel importante na modernização da China, se não forem considerados como «*uma base de actividades subversivas*», mas, antes, como uma ponte para a ligação cultural, beneficiando a China e o resto do mundo.

Ao caminhar para o virar do século, Macau precisa de mais investimento europeu, especialmente em 1992, quando Portugal presidir ao Conselho das Comunidades Europeias, a CEE. Macau precisa de mais fundos, mais desenvolvimento tecnológico e técnicos para a tornarem numa cidade verdadeiramente internacional.

Com a construção do aeroporto, prevista para 1995, e com o subjacente desenvolvimento de infraestruturas, estamos convictos que Macau irá atrair mais investimentos, para que possa orgulhar-se do passado glorioso e continue a ser no futuro o ponto de encontro do intercâmbio entre o Oriente e o Ocidente, que se deseja venha ainda a ser mais estreito e intenso.